

ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA MEDIEVAL DO OCIDENTE (*).

I. — INTRODUÇÃO.

Inicialmente, antes de darmos início ao tema da nossa palestra, parece-nos necessário deixar bem claro o nosso conceito de Idade Média.

Para muitos historiadores a Idade Média teria sido uma “Idade das trevas” (1). Contestamos tal afirmação por julgarmos a mesma muito vaga e difusa, pois na maioria das vezes aqueles que emitem tal juízo se esquecem que desde 395 da nossa era, com a morte do imperador Teodósio-o-Grande, o imenso Império Romano fôra dividido em duas partes, aliás cumprindo fatal destino em virtude do mesmo ser bilíngüe, de cultura e língua latina no Ocidente e de língua e cultura grega na sua porção oriental. Dissemos destino fatal porque desde Diocleciano com a sua famosa tetrarquia essa divisão se impunha.

Com a célebre crise do III século — crise econômica, financeira, religiosa, social, política, etc. — o Império Romano foi se tornando cada vez mais emperrado. Os transportes e as comunicações entre as diversas províncias tornaram-se gradativamente mais difíceis. A “barbarização” do Império Romano começa então. Inúmeros camponeses e mercenários germânicos — “bárbaros” para os romanos — começam a tomar importância na sociedade imperial. Com a separação das carreiras civis das militares na administração romana, êsses bárbaros tiveram a oportunidade de ascenderem a importantes posições no exército, acabando mesmo, posteriormente, por es-

(*) — Resumo da palestra proferida a 28 de março de 1963 no Centro de Estudos Históricos “Gustavo Barroso” da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena e em 27 de agosto de 1964 na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (Paraná) (Nota da Redação).

(1). — E. Simões de Paula, A nova concepção histórica da Idade Média, in “Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (Grêmio dos Estudantes). 1940, n.º 7.

tarem de posse de postos-chaves da carreira militar e terem de fato, em suas mãos, por pessoas interpostas, o verdadeiro poder. Essa barbarização não é, pois, coisa típica da Idade Média, vem da Antiguidade, desde o chamado Baixo-Império.

Uma prova do emperramento da economia nos é apresentada pelo chamado “Édito dos Máximos” da época de Diocleciano, com o qual esse imperador tentou estabilizar os preços. Não é preciso dizer que fracassou, como fracassaram idênticas tentativas entre nós. O que seria preciso era incrementar a produção e não tentar a contenção dos preços das utilidades, pois a lei da oferta e da procura destrói qualquer medida controladora. As mercadorias, não podendo ser vendidas por preço acima das tabelas, passaram para o “mercado negro” que existiu no III século como funciona agora entre nós.

Em consequência da estagnação do comércio, tanto por via terrestre como marítima ou fluvial, as propriedades cresceram e se transformaram em latifúndios. Aliás, essa tendência já vinha se fazendo sentir desde o fim da República Romana, como consequência imediata da conquista militar que possibilitou uma imensa expansão do Estado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, tanto a classe média como a pequena propriedade foram sendo extintas como os camponeses foram sangrados pela eternização das campanhas militares e também porque não podiam fazer frente a um verdadeiro **dumping** oriundo dos tributos dos estados vencidos, pagos principalmente em trigo e em gado. A **nobilitas**, a classe senatorial, aproveitou-se da angústia econômica dos pequenos proprietários para adquirir os seus bens imóveis — a preço vil como era de se esperar nessa fase de especulação — ao mesmo tempo que lançava também mão do **ager publicus**, terra pertencente ao Estado que estivesse nas vizinhanças de suas propriedades.

Os grandes proprietários transformaram-se em autênticos latifundiários, abandonando a cidade e vindo habitar as suas **villa**, procurando produzir nela tudo que lhes fôsse possível, originando-se daí uma economia fechada, auto-suficiente ou quase, uma verdadeira autarquia que se tornou típica da Alta Idade Média (2). Essa **villa** transformou-se assim na propriedade-padrão no fim da Antiguidade e na Alta Idade Média.

(2). — E. Simões de Palla, *As origens do latifúndio: da “villa” romana aos engenhos e fazendas do Brasil colonial*, in “Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História”. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Curitiba. 1962, pp. 85-109.

No fim do Império Romano houve infiltração “bárbara” no exército e também entre os camponeses. Os romanos concentraram-se nas aglomerações urbanas, principalmente em Roma, onde vendiam o seu voto nas eleições da Cúria. O campo permaneceu nas mãos de elementos heterogêneos, muitos deles escravos; embaralha-se ainda a situação com a chegada de numerosos contingentes germânicos, fugidos à pressão dos hunos que se expandiam rumo ao Oeste.

No exército temos fenômenos idêntico, como já dissemos, mas aí êsses germanos obtiveram um **foedus**, um acôrdo com o Estado romano, e por isso mesmo são chamados de **foederati**. A infiltração bárbara foi tão grande que até os uniformes, insígnias, técnicas militares, vozes de comando, tudo foi germanizado. Devemos, entretanto, esclarecer que os efetivos militares não eram muito numerosos. Assim, essas invasões na realidade são lentas infiltrações e não intromissões maciças como querem fazer sentir alguns historiadores alemães. A realidade foi outra e a toponomia e a antropologia mostram que a população primitiva foi conservada, tendo havido — é óbvio —, principalmente nas zonas fronteiriças e em lugares estratégicos, maior concentração germânica.

A barbarização foi muito maior no Ocidente do que no Império Bizantino que conseguiu manter-se até o século XV. No Ocidente, as propriedades em parte foram confiscadas — sobretudo aquelas que pertenciam ao Estado e à Igreja — e muitas outras tiveram que suportar a curiosa instituição do **hospitium**, que consistia no confisco de 2/3 da propriedade em benefício dos guerreiros germânicos, ficando o restante para o antigo proprietário, que tinha por obrigação enviar a parte do lucro que coubesse ao senhor bárbaro. Êsse curioso hábito explica-se pela necessidade que tinha o invasor de não se dispersar devido o seu pequeno número. Isso justifica a concentração dêsses guerreiros em guarnições militares colocadas em lugares estratégicos, verdadeiros pontos chaves para o domínio de vastas regiões.

*

II. — A ECONOMIA OCIDENTAL NA ALTA IDADE MÉDIA.

Dêsse grande movimento de povos invasores e da degenerescência do Império Romano do Ocidente, nasceram os estados germânicos de onde derivam as atuais nações ocidentais.

1. — O arianismo.

Um grave problema, e que enfraqueceu sobremaneira os novos estados, foi o da religião. Êsses invasores eram na sua grande maioria heréticos, isto é, cristãos, mas arianos. Fôra o bispo Úlfilas quem pregara aos gôdos os Santos Evangelhos. Dêste povo propagou-se aos demais germanos e tanto é assim que por ocasião das grandes invasões do V século os bárbaros eram cristãos, mas adeptos da heresia de Arius.

Nessa época, ainda sem formação nacional, depois do desaparecimento do Império Romano do Ocidente, a religião tinha uma importância extraordinária. O Cristianismo era a religião oficial há muito tempo, mas ainda havia focos de paganismo aqui e acolá. A situação complicava-se agora com a introdução dessa heresia ariana. A harmonia entre o Estado e a Igreja fôra desfeita e o ódio extremou as facções antagônicas.

2. — Os merovíngios.

Êsse mal-estar fêz de Clovis, que modestamente começou como régulo de Tournai até que realizou a unificação de diversas tribos francas. Mas havia ainda a desconfiança dos galo-romanos que, entretanto, o preferiam aos heréticos por ser êle pagão. Com a sua conversão — em que tomou parte ativa Clotilde, a sua espôsa católica — quebrou-se definitivamente o gêlo entre francos e galo-romanos. O acôrdo se fêz entre êles e a Igreja Católica daí por diante apoiou decididamente a expansão de Clovis, dando-lhe ampla cobertura na conquista e na luta contra os estados germânicos vizinhos dominados pelos arianos.

E' curioso notar que na época dos merovíngios na Gália cunhavam-se ainda moedas de ouro, prata e cobre. Apesar de tôdas as dificuldades havia ainda um arremedo de economia monetária. Todavia, existia um grave inconveniente; a multiplicidade das oficinas de cunhagem. A realza — herdeira do Estado romano — perdera o monopólio da cunhagem de moedas. Muitos cunhavam moedas, inclusive mosteiros, abadias, sinal evidente de enfraquecimento do poder real. Outra coisa interessante é que procuravam imitar o cunho das moedas bizantinas. O **besante** era então a grande moeda de troca, como o fôra outrora o tetrádracma de Atenas, o denário romano — e como o são modernamente a libra esterlina e o dólar americano. Todos procuravam as moedas bi-

zantinas, todos as imitavam, todos as entesouravam, criando assim, para essas moedas, um ágio artificial. Havia ainda uma particularidade interessante: os reis merovíngios não ousavam colocar a sua efígie nas moedas que cunhavam, colocavam a do imperador bizantino, talvez de medo de que a sua moeda não fôsse aceita.

Nesse período as *villae* continuam, como no anterior, sendo a regra geral. A economia encaminhava-se cada vez mais para a auto-suficiência absoluta. Procurava-se produzir tudo que fôsse necessário para se viver dentro da propriedade, como aliás acontecia no Brasil Colonial, onde em alguns engenhos e fazendas de gado só se importava pólvora e sal.

3. — Os carolíngios, o Islão e a tese de Henri Pirenne.

Os sucessores dos merovíngios tiveram uma economia mais autárquica ainda, basta dizer que a cunhagem de moedas de ouro e prata tornou-se ainda mais raras. Henri Pirenne (3) sustenta que a causa dessa regressão econômica é a vitória do Islão sobre a Pérsia e o Império Bizantino e o conseqüente domínio do Mediterrâneo.

No século VII um dos mais notáveis eventos foi a expansão do Islão. Partindo de modestas origens na Arábia, o movimento ganhou tôda a Península Arábica; em seguida venceu os eternos inimigos: persas e bizantinos. Após, lançou-se rumo à África, conquistando facilmente o Egito, encontrando apenas resistência, mais ou menos forte, entre os bérberes nômades que acabaram por fim por aceitar a nova religião sem perder, entretanto, a sua língua e cultura. Da África passou o Islão para a Península Ibérica, onde em 711 derrotou os visigodos, sendo detido apenas em 732 por Carlos Martel. Atacaram os árabes também Bizâncio, mas foram detidos em 717.

A tese de Pirenne baseia-se precisamente nessa expansão. Para êle, com a conquista, fechou-se o Mediterrâneo à navegação dos cristãos, principalmente de Bizâncio para o Ocidente. A conseqüência disso teria sido a regressão econômica do período carolíngio, com o desaparecimento da moeda e ereção da terra como o único valor econômico de importância. O comércio reduziu-se ao mínimo, com raras exceções, como a feira de Saint-Denis, perto de Paris, mas cujo valor também não deve ser exagerado porque o seu raio de ação é bastante

(3). — Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*. Felix Alcan. Paris. 1937. 3a. edição, pp. 143-152.

restrito e também porque o grosso das trocas se fazia mais **in natura** do que propriamente em moedas. Esta tese é aceita em suas linhas gerais pelos especialistas em História Econômica. Certos historiadores, como Émile Coornaert e Maurice Lombard mostram, entretanto, que o comércio continuou a existir, se bem que de forma esporádica, por exemplo no Danúbio — quando os húngaros permitiam a passagem — e no Reno — devido o estabelecimento provisório da côrte de Carlos Magno em Aix-la-Chapelle. E' verdade também que judeus e sírios conseguiam às vêzes furar o bloqueio muçulmano, mas trata-se sempre de mercadorias de grande valor e pequeno pês, portanto de transporte relativamente fácil.

Os muçulmanos tiveram consciência e o sentimento da importância dêsse fechamento de tráfico, tanto que Ibne Caldune, jactanciosamente, diz que nenhuma prancha cristã fluava no Mediterrâneo sem licença dos sectários de Maomé.

4. — O feudalismo.

Uma consequência imediata da paralisação do comércio foi, como já dissemos, a colocação em primeira plana da terra como valor econômico.

As grandes propriedades, que continuavam ainda como regra geral, eram divididas **grosso modo** em duas porções. Uma, a terra diretamente explorada pelo senhor (**dominus**) era chamada de **terra indominita**, e lavrada pelo trabalho obrigatório dos servos da gleba (**corvéia**). A outra parcela era a **terra mansuaria**, dividida em **mansus** — porção de terra suficiente para o sustento duma família — era arroteada pelos próprios servos da gleba que pagavam um tributo (**in natura**), de acôrdo com uma porcentagem pré-fixada, pelo usufruto da terra. Havia ainda o bosque o prado que eram explorados de comum acôrdo pela comunidade.

Com a extinção do comércio — ou pelo menos com a sua estagnação — as cidades diminuíram consideravelmente de tamanho, aliás em absoluto contraste com Bizâncio e com Bagdá. As cidades foram abandonadas pelos senhores desde a época das invasões, pois eram o alvo predileto dos ataques dos bárbaros. Os senhores refugiavam-se em suas propriedades onde se fortificavam. Mas, coisa interessante, o bispo permaneceu na cidade e é em tôrno dêle que se agrupam os habitantes que ainda persistem em morar nas cidades arruinadas. Tudo vai girar em tôrno das igrejas, que não são ainda as grandes catedrais que irão brotar do chão precisamen-

te quando o comércio foi restabelecido, como veremos mais adiante. O crescimento dessas cidades se fará tendo por centro a Igreja, como poderá ser facilmente comprovado observando-se um mapa ou uma fotografia aérea de determinadas zonas da Europa Ocidental.

Os senhores que conseguiram transformar os benefícios recebidos em feudos hereditários, tornaram-se cada vez mais independentes do poder real. Isso, sem dúvida, deve ter contribuído também para a decadência das cidades da Alta Idade Média. A situação agravou-se mais ainda com as sucessivas invasões de sarracenos no sul e no oeste, húngaros a leste e normandos por tôdas as frentes.

A realeza não conseguiu fazer frente a essas novas invasões, mostrando-se muitas vêzes tibia e medrosa em medir forças com êsses novos bárbaros, pagãos ou heréticos todos êles. Coube, portanto, ao senhores a defesa dos seus domínios, coisa que fizeram com maior ou menor sucesso. O resultado dessa situação foi a ereção de um sem número de castelos fortes, em tôrno dos **donjons** senhoriais — inicialmente de madeira e posteriormente de pedra. Como êsses castelos fôssem construídos em lugares estratégicos de fácil defesa, se por um lado conseguiam deter os invasores, por outro mantiveram também afastado o poder real. Os senhores feudais ditarão suas leis, serão senhores de baraço e cutelo, de pendão e caldeira, chegando mesmo a cunhar esporadicamente moedas que se assemelham mais a verdadeiras medalhas.

*

III. — O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO E O REFORTECIMENTO DA ECONOMIA OCIDENTAL.

1. — Veneza.

A reação contra êsse estado de coisas veio precisamente da Itália, ou melhor, de Veneza, velha cidade perdida no fundo do Adriático e assentada sôbre um grande número de ilhas na foz do rio Pó, que conseguira manter-se mais ou menos imune às invasões bárbaras. Com o auxílio e a proteção de Bizâncio conseguira ela manter-se mais ou menos estacionária.

Veneza começou a expandir o seu comércio de sal ao longo do rio Pó e paulatinamente iniciou o abastecimento de diversas praças do Islão com madeira, ferro, tecidos de lã e escravos

tirados das costas da Dalmácia, principalmente entre os eslavos que se tinham estabelecido nessas paragens. Em troca das mercadorias que entregava, passou ela a receber nos portos do Levante e da África do Norte especiarias e sêdas, inicialmente em modestas porções, mas que foram crescendo com o decorrer do tempo. Esse comércio fazia-se na base de moedas (**besantes** e **dirhems**) de ouro. Isso é muito interessante, pois nos mostra que durante a Alta Idade Média, na Europa Ocidental, existiam duas regiões distintas: numa corria o ouro e na outra somente a terra tinha valor. Essa região privilegiada e onde se podia ver essa distinção é a Península Ibérica. O Pirineus dividia assim dois mundos economicamente diferentes. Esse comércio contribuiu extraordinariamente para expandir a influência de Veneza, inicialmente ao longo do vale do rio Pó e depois, posteriormente, além dos Alpes, rumo ao mercado de lãs ao Norte, na região da Flandres que por sua vez importava matéria prima da Inglaterra e a beneficiava em inúmeras pequenas oficinas. Esse comércio veneziano contribuiu muitíssimo para a expansão dessa indústria, pois o **drap flamengo** era muito apreciado no Oriente.

O comércio de Veneza com os muçulmanos não podia agradar à Igreja, como é fácil perceber-se. Tentou o Papado várias vezes acabar com êle, chegando mesmo à excomunhão. Mas a ambição do lucro foi maior que o mêdo das chamas do inferno e os venezianos agarram-se às relíquias de São Marcos, que tinham trazido de Alexandria no século IX, e fizeram dêsse santo o orago de sua cidade.

Outro problema levantado pelo comércio veneziano foi o da usura, pois a Igreja não podia conceber que coisas fungíveis, como o ouro, produzissem lucro e pudessem se reproduzir. A luta das consciências contra a ganância é bem refletida nos testamentos dos magnatas de Veneza, que faziam grandes doações à Igreja, temerosos com a salvação de suas almas.

Em Veneza gerou-se um embrião de capitalismo, que bem pode ser considerado como um dos precursores do moderno. De fato, diversas famílias enriqueceram-se extraordinariamente com o comércio e conseguiram amealhar grandes fortunas. Diversas delas reuniram os seus haveres e formaram verdadeiras companhias de comércio — **commenda** — com sócios comanditários dispondo de ações (**sortes**). Essas companhias, existentes desde o século X, mantinham poderosas frotas mercantes com escreventes a bordo de cada navio, que escreviam tôdas as operações feitas e repartiam os lucros de acôr-

do com o montante de ações de cada sócio. Nestas condições, paulatinamente, formou-se em Veneza uma verdadeira plutocracia que dirigia os destinos da “Sereníssima República”. Já em 1072 alia-se ela a Bizâncio, e com grandes vantagens econômicas, contra as ambições avassaladoras dos normandos do Reino das Duas Sicílias que desejavam apoderar-se dos Balcãs e talvez confinar Veneza no fundo do Adriático. Essa aliança trouxe imensos benefícios para os venezianos que conseguiram o monopólio do comércio das especiarias e da sêda, além da isenção de direitos alfandegários em Bizâncio. Veneza lutará com unhas e dentes para manter essas vantagens, principalmente contra a concorrência das outras repúblicas italianas.

2. — Os normandos.

No Setentrião da Europa, na região do Mar do Norte e do Báltico, começou um movimento expansionista dos povos escandinavos que se lançaram ao saque das costas da Gália e da Inglaterra, inicialmente, para depois chegar até o Mediterrâneo. Não sabemos a causa dessas invasões, talvez fôsse a má distribuição de terras e o aumento demográfico da população. O certo é que desde o século IX lançam-se ao ataque, de preferência contra os mosteiros, conventos, abadias e igrejas que sabiam conter grande número de riquezas reunidas aí pela piedade dos cristãos. São os normandos (homens do Norte) ou *vikings* (reis do mar). De fato, dominam a costa fazendo base em ilhas situadas na foz dos rios, remontando essas correntes d’água até onde os seus barcos pudessem navegar. Após, atacavam a pé e até mesmo a cavalo com os animais que encontravam pelo caminho. Fizeram verdadeiras *razzias* nas regiões do Reno, Loire, Sena, Tâmis, etc. Saquearam Paris, Londres e muitas outras cidades.

Depois de muito saquear e destruir, deram-se conta que estavam acabando com uma enorme riqueza. Por isso, resolveram fixar-se definitivamente no local de suas operações. Assim, estabeleceram-se na Inglaterra, na Irlanda e principalmente na França, na região que ainda hoje conserva o nome de Normandia. Mas nem assim ficaram completamente socegados. Continuaram a saquear a Espanha — tendo chegado ao famoso mosteiro de Santiago de Compostela — e Portugal, penetraram no Mediterrâneo e acabaram por se aposar da Sicília e do Sul da Itália, constituindo o chamado reino das Duas Sicílias com a dinastia dos Guiscard.

Os rudes guerreiros e piratas normandos logo perceberam que a guerra só destruía. Assim, paulatinamente, transformaram-se em mercadores. Na época de Canuto-o-Grande (1017-1035) dominaram inteiramente a região do Mar do Norte, constituindo êsse monarca um possante reino que compreendia a Inglaterra, Dinamarca e Noruega.

Até agora tratamos dos noruegueses e dinamarqueses, nada dissemos dos suecos. Êstes habitavam a Escandinávia, mas do lado do Báltico. Por isso lançaram-se contra o litoral da atual Rússia, remontando o curso do rio Dvina. Dêste, passaram para o Dnieper que desceram até o mar Negro na região do Quersoneso. A meta dêsses guerreiros era Tsargrad (Bizâncio) e depois Bagdá, na Mesopotâmia, através do Mar Cáspio. Ao longo do Dnieper e dos seus afluentes, construíram feitorias armadas (**gorods**), como os portugueses o fizeram ao longo do nosso litoral, para comerciar o pau brasil com os nossos índios.

Os suecos concentravam nos **gorods** peles, cêra, mel, resina e, em grandes jangadas, desciam o rio assim que começava o desgêlo, rumo a Querson para irem vender seus produtos em Bizâncio, ou então trocá-los por moedas de ouro e prata, ou ainda por produtos da indústria bizantina, jóias, sêdas e especiarias. Êsse comércio deve ter sido intenso, porque ao longo do Dnieper, na ilha de Gotland e em outros lugares da Escandinávia, ainda hoje se descobrem tesouros de moedas bizantinas e muçulmanas, sem dúvida algumas oriundas dêsse tráfico.

Os normandos, chamados varegues (4), devido ao fato da maioria dêles ser oriunda da região da Varângia, na Suécia, nas crônicas bizantinas são denominados de **rus** — de onde derivou-se a palavra russo. Êsses aventureiros organizaram o grão-principado de Kiev, sem dúvida um dos centros civilizadores da Rússia. Atraídos pela riqueza de Bizâncio tentaram tomá-la de assalto em 860, durante o reinado do imperador Miguel III-o-Ébrio, mas foram repellidos com grandes perdas. Desde então a Rússia fez a sua aparição na História e isso explica porque ela sempre se interessou por Bizâncio, principalmente quando os seus habitantes receberam o Cristianismo através da Igreja bizantina. Tão populares tornaram-se êsses normandos em Constantinopla, que os impera-

(4). — Vide a nossa tese de doutoramento: **O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev**. São Paulo. 1942. 146 pp.

dores bizantinos constituíram com êsses mercenários a sua famosa guarda varegue.

3. — As Cruzadas.

As Cruzadas tiveram também uma grande importância na economia medieval do Ocidente. Esse grande movimento místico, para a libertação do Santo Sepulcro das mãos dos turcos seldjúcidas, foi também entremeado de apetites bem terrenos por parte de alguns príncipes que lutaram mais pelo aumento de suas riquezas e apanágios do que propriamente pelo Cristo. Os italianos entraram na luta principalmente pelo monopólio do comércio da sêda e das especiarias através de Bizâncio. Para provarmos a nossa afirmação basta citarmos o livro de Ana Comneno intitulado **Aleixiada**, em honra de seu pai, o imperador Aleixo Comneno, que sofreu o impacto da chegada da primeira cruzada durante o seu reinado (5). Esse livro narra a impressão tremenda que causaram aos bizantinos a chegada dêsses guerreiros ocidentais.

A Primeira Cruzada foi terrestre, mas já em 1097 os primeiros reforços que chegaram ao teatro da luta, vieram por mar. Em 1097 uma frota genovesa chega a um **fondaco** (feitoria) fundado por Boemundo de Tarento para comerciar e carregar sêda e especiarias. Em 1104 foi fundada a colônia de São João d'Acre que não foi somente uma fortaleza, mas também um verdadeiro entreposto comercial que ligava o Ocidente ao Levante e dessa região para o interior do continente asiático. Tanto é isso verdade que os italianos logo foram seguidos pelos massaliotas que se estabeleceram na Síria em 1136. Os catalães não ficaram atrás e tanto se interessaram pelo comércio levantino que acabaram por derrotar os bizantinos e se estabeleceram nos Balcãs com a expedição dos almagavares, comandada inicialmente por Roger de Flor e depois por outros chefes enviados da Espanha.

Como já dissemos, a primeira cruzada se fêz por terra se bem que reforçada por mar. A segunda será semi-terrestre e depois as outras quase que exclusivamente por mar. Aliás isso é perfeitamente compreensível, pois a viagem terrestre era extremamente penosa, numa época em que o serviço de abastecimento dum exército praticamente não existia ou era embrionário. O mar oferecia inúmeras vantagens, principal-

(5). — Cf. E. Simões de Paula, **Bizâncio e a Primeira Cruzada**, in "Revista de História", n.º 48, outubro-dezembro de 1961, pp. 351-355.

mente devido ao tempo necessário ao deslocamento e também por não ter que atravessar a Europa Central e o Império Bizantino, habitado por cristãos de rito grego. Contribuiu para isso também o rápido crescimento da tonelagem mercante da marinha das cidades italianas. A Quarta Cruzada foi uma operação naval por excelência, com visível predomínio dos venezianos que conseguiram, após a conquista da cidade de Bizâncio em 1204, o incontestável monopólio comercial nessa área.

A reação contra o monopólio veneziano se fêz sentir em 1261, quando os Paleólogos, imperadores de Nicéia, conseguiram retomar Bizâncio com o apóio dos genoveses que, é óbvio, se substituíram aos seus rivais. Assim, eram os italianos que decidiam da sorte de Constantinopla, dependendo o monopólio do comércio com o Levante da república que no momento exercesse a hegemonia no Mediterrâneo.

4. — As feiras da Champagne.

O volume do comércio com o Levante foi intensificando-se e os italianos instalaram em Luca desde o século XII uma tecelagem de sêda que foi trazida, sem dúvida alguma, do Império Bizantino. Expandiu-se também a rêde de rotas comerciais, não só pelos Alpes, mas também através de Marselha, Montpelier, Narbona, Barcelona, etc. O Passo do Brenero adquiriu enorme importância, pois geralmente era através dêle que os mercadores peninsulares atingiam as planícies da Champagne, onde se encontravam com os mercadores vindos do norte, principalmente flamengos.

Na Flandres, como já dissemos, é que se concentrava a tecelagem da lã importada da Inglaterra. Aí fabricava-se o famoso **pallia fresonica**, tão apreciado pelos califas de Bagdá. Mais tarde os flamengos levaram a sua indústria para a Inglaterra, onde se estabeleceram entre 991 e 1002, dando origem à famosa indústria têxtil inglêsa. Bruges, Gand, Ypres, Lille, Douai, Arras, transformaram-se em grandes centros manufatureiros de fiação e tinturaria dos célebres **panni francesi**, como eram chamados êsses tecidos de lã na Itália.

Nas chamadas feiras da Champanha, além do encôntro dos mercadores, havia uma verdadeira exposição de objetos manufaturados e tecidos fabricados. Também essa reunião proporcionava um verdadeiro comércio de troca de moedas — com ágio, é óbvio — pois acorriam às feiras um grande número de

banqueiros e cambistas, principalmente judeus e lombardos, que se especializaram na troca de moedas. A letra de câmbio, maneira fácil de transportar valores sem que os senhores feudais se apossassem das moedas de metal precioso, generalizou-se com êsse tráfico mercantil e monetário.

O Estado logo percebeu a grande vantagem representada pelo comércio de moedas e daí recommençar êle a cunhagem, mas reservando o monopólio para si. Reis e as repúblicas italianas porfiaram no estabelecimento de moedas próprias que significava evidentemente uma prova de soberania. Procurava-se fazer moedas diferentes dos besantes que tinham perdido o seu prestígio em face da decadência do Império Bizantino. Assim, Veneza em 1192, na época do doge Enrico Dandolo, cunhou uma moeda de 12 gramas de ouro — o **grossus**. Por sua vez apparecem o **heller**, o **sterling** (no século XII), o **fiorino d'oro** ou **florim** (nome derivado da flor de lis das armas de Florença) em 1252. Já em 1231 o imperador Frederico II cunhava as famosas moedas de ouro que se chamaram **augustales**. Em 1284 aparece em Veneza o **ducado** ou **zechin**.

O crédito, o banco, sobretudo na Itália, generalizaram-se neste momento. A Igreja em face do surto do comércio, tanto de mercadorias como de moedas, não mais podia permanecer condenando simplesmente a usura. Acabou permitindo que os cristãos — e o Direito Canônico consagrou êsse princípio — auferissem lucro sob o pretexto de reparação à perda do capital duma maneira eventual (**damnum emergens**), ou por falta e perda de lucro (**lucrum cessans, periculum sortis**, etc.).

*

IV. — O RENASCIMENTO URBANO.

1. — As cidades episcopais.

Ao mesmo tempo que se processava o renascimento do comércio no século XI, houve um renascimento urbano. Aliás os dois fenômenos estão intimamente ligados entre si e não podemos comprehendê-los separadamente.

Na Alta Idade Média, como já dissemos, as aglomerações urbanas minguaram extraordinariamente no Ocidente, pois houve o progressivo abandôno das mesmas rumo aos campos, como consequência lógica e natural da nova forma de economia feudal, baseada exclusivamente na posse da terra. Nes-

sas cidades abandonadas pela nobreza ficaram apenas alguns habitantes e os eclesiásticos, pois na sua grande maioria eram sedes de bispado. Nunca devemos nos esquecer que a Igreja foi a grande herdeira do Império Romano e a sua organização reflete precisamente o sistema administrativo imperial. Houve, entretanto, uma região que fêz exceção no Ocidente a Itália — onde ainda continuou a existir a vida urbana, se bem que de forma muito embrionária. Roma ficou muito reduzida em tamanho e se não desapareceu e perdeu sua importância no Ocidente, foi devido ser ela a sede do Papado. Veneza, ao contrário, vai crescer continuamente devido ao comércio com Bizâncio, como já vimos. E' curioso verificarmos que Constantinopla e Bagdá apresentam um quadro completamente diferente: são cidades de mais de 1 milhão de habitantes. A própria Espanha muçulmana possuía cidades com centenas de milhares de habitantes. Sem dúvida a economia reinante nas duas regiões explica perfeitamente o fenômeno, por isso não vamos mais insistir no assunto.

2. — As novas cidades e as corporações.

Entretanto, com o paulatino reaparecimento do comércio e o aumento da população urbana fixa e flutuante, novos bairros foram acrescidos aos já existentes, mas tiveram que ser edificados fora da cidade (**foris burgis**), onde se estabeleceu a nascente classe dos mercadores e onde começaram a aparecer as primeiras lojas e oficinas.

Com a crescente concentração industrial nas cidades e o aparecimento de operários e artesões de diversas especialidades, formaram-se as corporações de ofícios. O Estado procurou concentrar todos os especialistas numa determinada profissão num mesmo local para evitar a concorrência e também a mutação dos preços. Procurava êle impedir o funcionamento da lei da oferta e da procura. Essas corporações com os seus patronos, bandeiras, caixas beneficentes, organizaram-se em mestres, companheiros e aprendizes e refletem bem a economia nascente da comuna medieval, pelo menos conseguiu ela, por algum tempo, controlar e dirigir a política econômica.

Além das corporações de ofício, aparecem as companhias de comércio que já prenunciam o moderno capitalismo. Comerciantes reuniram-se para, em comboio terrestre, marítimo ou fluvial, transportar com segurança as suas mercadorias de cidade para cidade. Assim surgiram as companhias de abastecimento, as **guildas**, etc. A mais famosa dessas companhias foi

a célebre **Hansa Teutônica** que agrupou os mercadores de diversas cidades do norte da Europa, principalmente da Alemanha, que fundaram por toda a parte feitorias, desde Londres até Novgorod na Rússia. Transportavam tudo o que havia: sal, cerveja, vinho, arenques salgados e defumados, etc.

Os reis, os senhores feudais — laicos ou eclesiásticos — compreenderam o grande valor econômico que representavam para eles essas cidades que renasciam para o comércio cada vez mais importante, daí procuraram, por todos os meios, ampliar as suas instalações com privilégios e vantagens, além de criarem um sem número de cidades cuja fundação é ainda lembrada na toponímia de diversas regiões da Europa Ocidental.

Os burgueses, habitantes dessas cidades, pouco a pouco cresceram de importância e se tornaram peças imprescindíveis no xadrez político. Os reis inicialmente apoiam os burgueses contra os senhores feudais para enfraquecê-los, mas mais tarde lutarão com todas as suas forças contra esses mesmos burgueses quando, procurando tirar os privilégios outrora concedidos, farão o possível para centralizar o poder em suas mãos e agir de maneira absoluta.

Muitas cidades originaram-se dos velhos núcleos, como já dissemos, mas outras nasceram, espontaneamente ou não, em lugares mais ou menos estratégicos como: pontes, vaus, vales, lugares dominantes, pontos d'água, etc. A geografia desempenhou importante papel na ereção dessas novas cidades. O pedágio, cobrado para a passagem de gente e de mercadorias, transformou-se numa coisa bastante atrativa, tanto para os senhores como até para os burgueses das cidades beneficiadas. As velhas vias romanas, assim como as velhas pontes, serviram durante muito tempo ainda e apesar de mal cuidadas, permitiram o tráfego comercial até os tempos modernos.

Foi também durante a Idade Média, principalmente no período que chamamos de Baixa Idade Média que se desenvolveu a possante rede de canais ligando entre si diversos rios, principalmente os do norte da Europa.

A descoberta do leme de cadaste permitiu o aumento da tonelagem dos navios e o velame pôde ser sobremaneira aumentado, permitindo a construção de navios de alto bordo, que puderam enfrentar com galhardia as grandes ondas do Oceano Atlântico.

V. — CONCLUSÕES.

Durante a Idade Média a economia sofreu uma lenta transformação partindo da estagnação oriunda da Antigüidade até chegar a uma concentração industrial que, se não se assemelha ao capitalismo moderno, pelo menos dêle muito se aproxima.

A Guerra dos Cem Anos teve uma importância muito grande na mutação da economia medieval do Ocidente, pois as operações bélicas na Flandres e na região da Champagne interromperam as comunicações entre a Itália e o Norte da Europa, gerando uma enorme insegurança nos transportes de mercadorias. Essa guerra prejudicou muitíssimo a tecelagem da lã na Flandres e fez com que os ingleses incrementassem a sua nascente indústria textil com operários e métodos flamengos.

Devemos notar também que os italianos, fornecedores das especiarias aos países nórdicos, impossibilitados de mercadejar por terra, vão lançar-se ao grande transporte marítimo propiciado pelo aumento da tonelagem dos navios conseqüente ao progresso técnico. Lisboa transformou-se então num centro de escala dos navios dedicados a êsse tráfico. A burguesia dessa cidade é que se beneficiou com êsse comércio, o que explica bem o papel que ela desempenhou no advento de d. João I, Mestre de Aviz. Foi ela também que financiou, juntamente com os banqueiros italianos, as viagens dos descobridores das rotas para as Índias e para o Brasil.

No fim da Idade Média, já nos albores do Renascimento, a economia já tinha retomado o curso evolutivo, passado que fôra o período feudal. O uso da moeda foi restaurado, assim como o comércio e a cidade. Tudo isso propiciou um renascimento intelectual bem visível e caracterizado pela criação de inúmeras Universidades no Ocidente.

E. SIMÕES DE PAULA

Professor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.